

MEMÓRIAS DA OCUPAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ EM FEVEREIRO DE 2015: A DEMOCRACIA E A FORÇA MATERIAL DAS CLASSES POPULARES

**Quelli Cristina de Oliveira¹
Denila Coelho²**

Introdução

Este texto é baseado nas experiências vivenciadas durante a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP no período de 10 a 12 de fevereiro de 2015, objetivamos através dele analisar o conceito de democracia na visão de Coutinho com a intencionalidade de nos contrapor às atitudes do governo neoliberal no Estado do Paraná, bem como pontuar brevemente a organização e a força material das classes populares, mais especificamente dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná organizados pela APP-Sindicato³.

Reconhecemos as possíveis limitações que o texto possa apresentar, principalmente por ter sido escrito no calor desse importante momento histórico, bem como por suas autoras serem protagonistas dessa história e não apenas espectadoras.

Ocupação da ALEP: uma vivência relatada

Destacamos que o pacote de maldades foi enviado para a ALEP, na quarta-feira, quatro de fevereiro. Mediante esse fato, o Deputado Estadual Professor Lemos informou a diretoria da APP-Sindicato e do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná - FES, que divulgaram para todo o Estado. Sendo assim, na quinta-feira, dia cinco, realizou-se trabalho de base, levando as informações para a categoria e mobilizando-a, tanto que do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão foram encaminhados para Guarapuava nove ônibus com educadores para participarem da assembleia que se realizou no dia sete de fevereiro. De acordo com informações registradas no site institucional, “cerca de dez mil educadores(as) participaram da assembleia, além de centenas

¹ Graduada em Pedagogia, Especialização e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Paraná - Francisco Beltrão. Professora Pedagoga da Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED.

² Graduada em Economia Doméstica e Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Paraná - Francisco Beltrão. Agente Educacional II da Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED.

³ A APP-Sindicato iniciou suas atividades em 1947, sob a denominação de Associação dos Professores do Paraná, uniu-se com outras associações de professores e em 1989, passa a condição de Sindicato denominando-se APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná. Em 1998, unificou-se com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná e passa a denominar-se APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, denominação que apresenta nos dias atuais (APP-Sindicato, 2012, p. 07).

de trabalhadores de outras áreas, estiveram no estacionamento do Guarapuava Esporte Clube neste sábado, dia 7” (APP-Sindicato, 2015).

Importante registrar que estávamos em estado de greve desde 30 de agosto de 2012, desde então, intensificaram-se as atividades e aprovou-se em assembleia indicativo de greve para 2013. Em avaliação do andamento das negociações a categoria deliberou pela continuidade do Estado de Greve, até que em 2014, fez-se necessária a realização da greve. A greve de 2014 foi uma greve que pleiteava conquistas. Diferentemente da que vivenciamos em 2015, que foi uma greve de resistência⁴, pela manutenção de direitos adquiridos no decorrer dos anos através de muita luta e mobilização.

O panorama da educação e as medidas tomadas pelo governo nos últimos meses⁵ aliados ao estado de greve da categoria favoreceram o movimento quando o governo resolveu mandar para aprovação da Assembleia Legislativa Estadual do Paraná, dois projetos de lei o PLC 06/2015 e o 60/2015⁶, em regime de urgência, alegando problemas financeiros no Estado, justificando essas medidas de austeridade como necessárias. Tais características do Governo de Carlos Alberto Richa, apresentam elementos eficazes ao fortalecimento do neoliberalismo⁷. A estratégia governamental no Paraná, esta calcada nas seguintes características apontadas por Coutinho:

⁴ **NOSSA GREVE É DE RESISTÊNCIA!** Não aceitamos o desmonte nas condições de trabalho, no funcionamento das escolas e da previdência do(a) servidor(a) público(a) (APP SINDICATO, 2015).

⁵ “Cancelamento do processo de eleição dos diretores e diretoras das escolas. Tarifaço final de ano, com aumentos do IPVA, e a tarifa de ICMS de mais de 95 mil produtos, atacou a previdência pública, taxando em 11% o salário dos aposentados do estado bem como criou o fundo complementar para os futuros servidores públicos. Impedimento de matrículas para 6º anos do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio em muitas escolas de pequeno porte, especialmente as escolas do campo, sem diálogo. 29 mil professores(as) PSS – contratados temporários – com atrasos de pagamento, sem acertos da rescisão, demitidos sumariamente. 10 mil funcionários(as) de escola afastados com a promessa de corte de 30% deste efetivo. Não pagamento (conforme o governo anunciara) de 1/3 das férias – cerca de R\$ 150 milhões. Não pagamento de promoções e progressões de professores(as) e funcionários(as) durante todo o ano de 2014, direito esse garantido pelos Planos de Carreira dos dois segmentos. Essa dívida já soma 90 milhões. Atraso sistemático no repasse de parcelas do fundo rotativo, utilizados para a manutenção e pequenos reparos nas escolas. Atrasos do pagamento de convênios com escolas, entidades da educação especial, escolas itinerantes da reforma agrária. Cancelamento da distribuição de aulas feitas em dezembro. Retomada de portaria antiga sobre o porte de escola – portaria esta que reduz horas para direção das escolas, número de pedagogos e pedagogas, funcionários(as) em número insuficiente para manter as escolas em condições de atender adequadamente os(as) estudantes. Superlotação de alunos(as) em salas de aulas” (LEÃO, 2015).

⁶ Não temos esses documentos na íntegra, mas estes projetos preveem uma retirada de direitos conquistados historicamente com muita luta. Uma questão de grande preocupação é a previdência, sobre a qual temos muitas dúvidas. Indicamos à leitura da legislação vigente, que regulamenta, trata da Paraná Previdência, Lei nº 12.398/98. Como nosso espaço é restrito para melhor entendimento sugerimos que acesse a notícia completa no endereço: <http://appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=10986>.

⁷ [...] A construção da política como manipulação de afeto e sentimento; a transformação do espaço de discussão política de convencimento publicitário; a aceleração de suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente público se transforma em agente consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. [...] (SILVA, 2010, p.14-15).

[...], a característica talvez mais importante desse tipo de Estado foi sempre ter colocado a serviço de interesses privados, ou, mais precisamente, dos interesses das diversas frações da burguesia. Ora, é precisamente esta a característica que o neoliberalismo quer reforçar, não só privatizando o patrimônio público na esfera da economia, mas também suprimindo os poucos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e inscritos na legalidade vigente (2008, p. 144-145).

O jogo de poder que se instaurou na base do governo paranaense, vem de encontro ao desmonte da escola pública, condições de ensino, aprendizagem e de trabalho das/os educadoras/es. Tendo esse entendimento e diante do que estava por vir, sabendo que a base do governo é a maioria na ALEP, a APP-Sindicato convocou as/os educadoras/es para uma assembleia estadual.

A proposta da Direção Estadual foi de greve por tempo indeterminado. Depois dos informes das negociações e diante do panorama apresentado, não houve nenhuma proposta e a assembleia deliberou pela greve por tempo indeterminado, na sequência aproximadamente dez mil educadores saíram em caminhada em Guarapuava, gritando palavras de ordem e mostrando a sociedade as razões da greve. A pauta de greve contemplou os seguintes itens:

1. Retirada ou rejeição dos projetos de lei PLC 06/2015 e o 60/2015 (a nomenclatura que receberam as duas mensagens enviadas pelo governador à Assembleia Legislativa do Paraná na última semana); 2. Pagamento imediato dos salários em atraso (PSS, 1/3 de férias, auxílio alimentação, conveniadas); 3. Retomada das negociações sobre os temas educacionais e a organização escolar; 4. Retomada do Porte das Escolas (tendo como referência mínima dezembro de 2014). **PONTOS IMEDIATOS PARA NEGOCIAÇÃO:** 1. Retomada imediata dos projetos educacionais e programas; 2. Abertura e reabertura de turmas/matrículas, contra a superlotação das salas de aulas; 3. Nomeação de todos(as) os(as) concursados(as) (APP-Sindicato, 2015).

Durante o retorno para casa, ainda nos ônibus, iniciou-se a organização do movimento grevista, pois, no domingo dia oito já se fazia necessário deslocar-se do interior do Estado para Curitiba, para participarem da Audiência Pública que faria a discussão dos Projetos de Lei encaminhados para a ALEP. Do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão encaminhou-se um ônibus a Curitiba, o qual não tinha data certa para o retorno, sendo assim, as/os educadoras/es foram preparadas/os para permanecer na capital por cerca de dois a três dias.

De acordo com o site da APP-Sindicato, “Cerca de 5 mil educadores(as) se concentraram em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba, para protestar contra o pacote de maldades do governador Beto Richa” (2015, 1). A audiência pública que aconteceria no

plenarinho, foi suspensa, sendo assim, realizou-se do lado de fora da ALEP, com o caminhão de som.

Na segunda-feira, dia nove, organizou-se nova caravana do interior para participar de um grande ato público na capital do Estado. Do nosso Núcleo Sindical foram oito ônibus, mais o pessoal que já tinha saído no domingo. A intenção era pressionar os deputados a votarem contrários ao requerimento que instituía a Comissão Geral⁸, pois, uma vez aprovada essa comissão, os projetos seriam votados sem discussão, em uma única sessão.

Este ato público não foi um chamamento da APP-Sindicato, mas sim um ato em conjunto com o FES, do qual nosso sindicato é parte integrante juntamente com outros sindicatos do Estado. A expectativa era ter presente em torno de 30 mil pessoas na praça Nossa Senhora da Salete, no dia dez de fevereiro. Neste dia autorizou-se a entrada de aproximadamente quatrocentas e cinquenta pessoas na ALEP. Assim sendo, organizaram-se as representações por Núcleo Sindical da APP-Sindicato e pelas instituições que se faziam representadas no ato público. Do Núcleo Sindical de Francisco Beltrão entraram sete pessoas para acompanhar a sessão dentro da ALEP.

Dentro da Assembleia acompanhamos os discursos da bancada de oposição e da base aliada do governo. Enquanto transcorriam as falas, os presentes se manifestavam apoiando ou discordando das falas dos deputados, inclusive afirmando que tinha trinta mil lá fora. No entanto, não foi suficiente para os que se intitulam nossos representantes, representantes do povo, votarem a favor dos servidores públicos e contrários aos interesses do governador.

Do lado de fora, os servidores estaduais ouviam a sessão e diziam em coro: “se aprovar nós vamos entrar”. De fato, isso aconteceu. Diante da aprovação da Comissão Geral, com 34 votos favoráveis e 19 votos contrários. As pessoas que estavam do lado de fora, forçaram a grade e entraram na casa que é sua, para impedir a continuidade das votações.

Foi tudo muito rápido, assim que acabou a votação, o Presidente da Assembleia deputado Traiano, avisou que está estava sendo invadida⁹. Os deputados que votaram a favor da comissão

⁸ É a reunião dos deputados presentes em uma sessão plenária, formada mediante requerimento, para o exame de um assunto de natureza urgente levado à consideração da Assembleia. Pode ser instalada por proposta conjunta dos líderes ou por 1/3 dos deputados, com a aprovação da maioria dos votos, para apressar a votação de matérias relevantes, discutir projeto de lei de iniciativa popular ou para ouvir secretário de Estado. O requerimento para transformar o Plenário em Comissão Geral deve ser aprovado com 24 horas de antecedência, indicando o assunto, prazo de duração e número de membros. Deve ser designado um relator para apresentar os pareceres em Plenário. Não há necessidade de aprovação em Plenário. É válido salientar que para mais de cinco CPIs há necessidade de aprovação de Projeto de Resolução (Dicionário Legislativo - ALEP).

⁹ Termo utilizado por ele.

saíram correndo, permanecendo no espaço apenas os contrários. Os seguranças fecharam as portas de vidro e as grades que davam acesso às galerias, ao mesmo tempo em que os manifestantes, utilizando-se apenas de suas mãos abriram as grades e estouraram duas portas de vidro e adentraram no espaço.

A ocupação se deu de forma pacífica, não houve destruição do patrimônio público, nem agressões físicas, foram danificados apenas as grades e as portas que davam acesso às galerias para que as pessoas tivessem acesso ao plenário, uma vez que não seria permitida a entrada daquelas pessoas de outra forma.

Com todo esse movimento a sessão que estava ocorrendo teve declarada sua suspensão e para impedir sua continuidade o comando de greve optou pela permanência dos ocupantes dentro da ALEP. “As barracas já foram instaladas na rampa, água e cobertores já foram distribuídos para aqueles e aquelas que estão no Plenário e nos arredores. A categoria não deixará o local até o governo reabrir, de fato, as negociações” (APP-Sindicato, 2015). Após a ocupação, cantou-se o hino nacional e este foi um dos momentos de maior emoção vivenciados. O que para muitos representa um ato de vandalismo ou mesmo de baderna, conforme declarou em entrevista o governador do Estado, Carlos Alberto Richa, nada mais foi do que uma grande aula de cidadania. Na qual, as/os servidoras/es mostraram aos que passaram toda a campanha eleitoral dizendo que estariam representando o povo, que agindo daquela forma e prosseguindo com a votação não estavam nos representando, mas estavam representando o governador eleito, legislando de acordo com seus próprios interesses.

O Parlamento é um lugar de ouvir todos, não é um lugar de dizer sim senhor para o chefe do executivo. Então me parece que esta manifestação valorizou mais o Parlamento, e não o desvalorizou, precisamos lembrar que a uma diferença entre parlamento e parlamentares, talvez tenhamos que lembrar os parlamentares da função que eles têm (REDE MERCOSUL, 2015).

No sistema político de representatividade, como é o caso do nosso parlamento, os deputados, senadores, vereadores e demais cargos eleitos precisam construir a consciência de que estão lá para trabalhar em prol da coletividade e não para legislar de acordo com os seus interesses. Sabemos ainda que é muito cedo para avaliar os impactos dessa ação, desse momento histórico. Mas sem dúvidas foi emocionante ver o povo ocupando seu espaço.

Durante o período que passamos dentro da ALEP, do dia 10 ao dia 12 de fevereiro, passamos por vários momentos de tensão, tinha em torno de mil pessoas lá dentro no primeiro dia de ocupação, segundo informações da Polícia Militar – PM, que trabalhou no local. Vale

pontuar que durante todo esse tempo, estivemos em diálogo permanente com a PM, estabeleceu-se uma relação respeitosa e a todo o momento ela pontuava que estavam ali para nossa segurança e não para nos machucar. Mesmo assim, o medo que vários de nós tínhamos era de que a tropa de choque entrasse e nos tirasse de lá durante a noite, fator este que não nos possibilitou dormir com tranquilidade.

Essa permanência foi fundamental para impedir a votação. Impedidos de se reunirem no plenário da Assembleia, no dia onze, o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, convocou a sessão para realizar-se no restaurante da ALEP. A essa atividade parlamentar os deputados da bancada de oposição¹⁰ não compareceram, pois protocolavam junto ao Tribunal de Justiça um pedido de inconstitucionalidade referente ao processo de formação de Comissão Geral.

Os manifestantes permaneceram durante todo o dia circulando no plenário nas galerias, entrando e saindo da assembleia, a essa altura estávamos todos identificados com crachás, devidamente cadastrados, assim foi durante todo o dia onze. No final da tarde, as pessoas foram levadas para tomar banho, a alimentação foi realizada ali mesmo no plenário e para dormir cada um escolheu um local, foram utilizadas as rampas, as galerias e o próprio plenário. Um detalhe interessante diz respeito ao ar condicionado, que permanecia desligado durante o dia no período de maior calor e era ligado, à noite deixando o ambiente bem frio.

A palavra de ordem era resistência. Precisávamos resistir e resistir. Sabíamos que no dia doze, seria votada novamente a comissão e conseqüentemente os Projetos de Lei. Para este dia, estava organizada nova concentração na Praça Nossa Senhora da Salete, as caravanas foram chegando e conforme chegavam montou-se uma organização em frente a todos os portões que davam acesso as dependências da ALEP. Neste momento o contingente de PM tinha aumentado consideravelmente e de dentro da assembleia não era possível chegar ao restaurante onde seria realizada a sessão sem que houvesse confronto e feridos. A alternativa encontrada foi impedir o acesso dos deputados ao seu destino.

Permitiu-se o acesso de trabalhadores devidamente identificados e mediante a abertura do porta-malas dos carros, inclusive foram monitorados os carros da polícia. Ao todo, nove portões tiveram seu controle de entrada realizado pelos manifestantes, todas as entradas tanto a pé quanto por veículos estavam sendo controladas. A única orientação era não deixar os deputados

¹⁰ A bancada de oposição foi composta pelos seguintes Deputados Estaduais: Tadeu Veneri (Partido dos Trabalhadores - PT) – Líder; Anibelli Neto (Partido do Movimento Democrático do Brasil - PMDB); Mauricio Requião Filho (PMDB); Nereu Moura (PMDB); Péricles de Melo (PT); Professor Lemos (PT).

entrarem. Aos ocupantes da ALEP, orientou-se que não saíssem, para não esvaziar o espaço e assim foi desde o início da manhã até o final da tarde.

Uma grande tensão se instaurou por volta das 14hs: 30min, porque informações extraoficiais davam conta de que os soldados da tropa de choque entrariam para fazer a desocupação do plenário. Enquanto membros do comando de greve conversaram com o comandante da PM, que declarou não ter ordens para retirarem os manifestantes, lá de dentro ouvimos as bombas utilizadas pela tropa de choque para dispersar nossos colegas que estavam no lado de fora e favorecer a entrada dos deputados aliados do governo para prosseguir a votação.

Deputados estaduais do Paraná usaram um caminhão do Pelotão de Choque para entrar na Assembleia Legislativa do Paraná, na tarde desta quinta-feira (12).

Os parlamentares entraram escoltados pelo Bope, que serrou as grades do portão para adentrarem ao prédio.

Os deputados estaduais que estavam no camburão são da base de apoio do governo e a informações que circulam do lado de fora da Assembleia é de que operação foi coordenada pelo secretário de Segurança, Fernando Francischini (CGN, 2015).

Apesar de não sairmos lá de dentro, imagens e relatos de companheiros dão conta de que o que os esperava eram soldados armados, o pelotão de choque e cachorros. Os policiais utilizaram-se bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta. Os manifestantes contavam apenas com suas mãos e suas vozes, um gesto que emocionou, refere-se ao momento em que a tropa de choque soltou as bombas e os manifestantes pegaram algumas flores do canteiro e ofereceram aos soldados.

De acordo com o site da APP-Sindicato (2015),

Após quatro dias de fervorosa manifestação, mais de 50 mil trabalhadores(as) protagonizaram hoje(12) um dos maiores embates da carreira dos trabalhadores(as) nos últimos anos. Parecia cena de filme policial quando, no início da tarde, deputados e deputadas utilizaram camburões e até uma escolta armada para ultrapassar os portões cercados por manifestantes. Sob gritos de revolta dos(as) servidores(as), os(as) deputados(as) iniciaram a sessão legislativa que votaria os dois projetos impopulares do governador Beto Richa com propostas de alteração na carreira do funcionalismo público. Acuados(as) no restaurante da assembleia, 44 deputados(as) deram início a sessão, enquanto lá em baixo, manifestantes atravessaram os portões da Casa do Povo entoando o hino nacional.

A mando do secretário de Segurança Pública do Estado, Fernando Francischini, a Tropa de Choque da Polícia entrou em ação e balas de borracha e bombas de efeito moral foram jogadas em meio aos(as) servidores(as). A situação ficou tão

caótica que os(as) deputados(as) viram-se obrigados a suspender a sessão e retirar o "Pacotaço" da votação. Os projetos não tramitam mais na Casa do Povo, após a chegada do documento oficial da Casa Civil que propõe reexame "para garantir a integridade física das senhoras e senhores deputados". A APP-Sindicato seguirá firme em sua greve e na fiscalização para que a carreira dos(as) trabalhadores(as) em educação não sofra mais nenhum golpe de desmonte.

Diante do contexto, que se instaurou no movimento em Curitiba, os demais manifestantes que estavam na ativa nos Núcleos Sindicais em todo o Estado do Paraná, assistiam tudo nos telões, dentro das sedes da APP- Sindicato, os sentimentos eram contraditórios, de apreensão e medo, por aqueles que estavam à frente da manifestação. Para além, o sentimento de unidade, de orgulho da nossa representatividade e da valorização do que entendemos como democracia contagiava a todos, nos fortalecendo há ponto de resistirmos o quanto fosse necessário.

Democracia Burguesa para atender as classes populares?

Nossos apontamentos demonstram que no Estado do Paraná se instaurou um modelo de governo pautado nos preceitos neoliberais, truculento e manipulador da opinião popular. Nossas afirmativas estão pautadas na forma e conteúdo apresentado nos informes e entrevistas dadas pelo governador, o mesmo utilizou-se da mídia na tentativa de desacreditar nosso movimento, nos chamando de baderneiros. Nas entrevistas em rede nacional, utilizou-se do uso da palavra democracia, por diversos momentos.

O que aconteceu foi uma manifestação absurda e violenta, que atenta contra a democracia, à liberdade de expressão e o estado de direito. Um grupo de baderneiros, infiltrado no movimento dos professores, impôs uma mordaca ao Poder Legislativo, impedindo temporariamente o seu funcionamento. É lamentável que a democracia, pela qual tanto lutamos, seja ameaçada por atos violentos como os que assistimos no dia de hoje (G1, 2015).

Eis, que a fala do senhor governador enfatiza a democracia, o Estado de direito. Que Democracia? Estado de Direito para quem? Pelas ações desse governo caracterizamos o Estado de direito mencionado por ele, como aquele que está a serviço de uma minoria, a qual Coutinho (2008), classifica como liberal-corporativa, cuja representatividade favorece os ideais burgueses, consistindo em dismantelar os serviços públicos.

As reformas apresentadas nos projetos de lei pelo atual governo apresentam elementos que representam um projeto de sociedade, os preceitos neoliberais estão explícitos na forma que as medidas foram apresentadas e quase votadas e no conteúdo das mesmas, pois a tentativa é de

retirar os direitos trabalhistas, direito à previdência, desqualificar ainda mais à educação por meio de racionalização de recursos materiais e humanos.

Por isso, nos contrapomos a Democracia apresentada pelo governo, pois democracia como valor universal, não retira a força os direitos das classes populares.

Continuo firmemente convencido que a democracia é um valor universal. Durante muito tempo, a esquerda teve a ideia que democracia era um instrumento para chegar ao socialismo. Eu diria hoje, sem medo de errar, que se fosse essa alternativa, seria mais correto dizer que o socialismo é um instrumento para alcançarmos a plena democracia. A democracia deve ser entendida como algo que não se esgota em determinada configuração institucional, mas sim como um processo. [...], por que a democracia é necessariamente alguma coisa que se aprofunda e que combina indissolúvelmente reformas políticas com reformas econômicas e sociais (COUTINHO, 2008, p. 151).

Então podemos caracterizar que nosso movimento, a Greve Geral, organizada pela APP-Sindicato representa a força material das classes populares, esse movimento sim apresenta os preceitos da real democracia. Pois, somos contrários à imposição, aos desmontes e desmandos do atual governo, não aceitamos uma Comissão Geral, para deliberar sobre o futuro das/os educadoras/es e suas carreiras, para além, nos organizamos para garantir minimamente os direitos adquiridos e o futuro dos servidores públicos do Estado do Paraná, bem como a educação pública de qualidade.

A democracia é a soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só nas modificações políticas, mas também em modificações econômicas e sociais. Estou plenamente convencido que não há uma solução para humanidade fora da democracia (COUTINHO, 2008, p. 151).

Diante disso, sabemos que no atual modelo de sociedade, a democracia que fundamenta os discursos do atual governo no estado do Paraná, diverge com o conceito de democracia popular e participativa apresentada por Coutinho (2008, p. 152):

[...] para tanto, devemos imaginar formas institucionais que combinem a democracia participativa, de base, mas que incorporem também os chamados direitos sociais, que são direitos indiscutíveis da cidadania moderna: o direito a previdência, à educação, à saúde, e no limite, o direito social a propriedade, o que implica a socialização dos meios de produção. É preciso discutir exaustivamente qual democracia nos pretendemos.

Assim compreendemos que nossa resistência representa elementos contrários aos preceitos neoliberais e a democracia burguesa, afirmamos que boas condições de ensino, exigem financiamento e maior valorização dos educadores. A tentativa de desmonte da educação pública paranaense e das condições dignas de trabalho aos educadores significa um afronte aos princípios democráticos.

Algumas considerações

Os acontecimentos aqui relatados nos fazem refletir e chegar as seguintes considerações:

Os educadores juntamente com outras categorias de servidoras/es públicos do Estado do Paraná proporcionaram uma grande aula de cidadania. Aprendemos que não importa a quantidade de parlamentares que se tem ao seu favor, se você tem uma sociedade civil que se organiza na luta, com participação efetiva, a maioria no parlamento não significa que conseguirá aprovar qualquer legislação sem que a população assim o deseje.

A educação pode sim ser um mecanismo importante na transformação da sociedade, logicamente que neste momento histórico específico, entendemos que ainda é muito difícil substituir o modo de produção capitalista, assim sendo ficamos limitados ao que se pode melhorar neste modo de produção.

Contudo, exaltamos o valor da democracia, pois o movimento dos educadores paranaenses respaldou-se em todos os preceitos democráticos de participação e unidade. Conseguimos mobilizar outras categorias, elementos que podem sim no futuro servir para uma organização ainda maior. Sabemos que é um processo longo e que exige conhecimento. Pois a ignorância não permitiria tal movimento rumo a uma sociedade pautada nos valores humanos e não nos valores mercadológicos. Ao que nos parece, a tentativa de desmonte da escola pública paranaense, reforça essa ideia de que são necessárias medidas de austeridade para a manutenção da ideologia burguesa.

Referências

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Primeiro dia de greve tem boicote à organização da luta. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=11002>> Publicado em 09 fev. 2015, acesso em: 21 fev. 2015.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Primeiro dia de greve tem boicote à organização da luta. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=10998>> Publicado em 07 fev. 2015, acesso em: 21 fev. 2015.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Nota de Esclarecimento: a ocupação da Assembleia Legislativa. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=11013>> Publicado em 10 fev. 2015, acesso em: 21 fev. 2015.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Vitória do Povo! Projetos são retirados de votação. Disponível no endereço: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=11020>> Publicado em 12 fev. 2015, acesso em: 23 fev. 2015.

APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. *Estatuto*. Curitiba, 2012.

APP – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Nota Pública do Comando de Greve Estadual da APP-Sindicato. Disponível no endereço: <<http://appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=11081>> Publicado em: 27 de fev. 2015, acesso em: 27 fev. 2015

CGN. Deputados entram na Alep em caminhão da polícia: Caminhão do Pelotão de Choque foi escoltado pelo Bope; clima é tenso na Comissão. Disponível no endereço: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/123856/deputados-entram-na-alep-em-camburao-da-policia>> Publicado em 12 fev. 2015, acesso em: 23 fev. 2015.

COUTINHO. Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Dicionário Legislativo. Disponível no endereço: <http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/dicionario_legislativo>. Acesso em: 27 de fev. 2015.

G1. ‘Absurda e violenta’ diz Richa sobre manifestação contra ‘pacotão’. Disponível no endereço: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/absurda-e-violenta-diz-richa-sobre-manifestacao-contrapacotaco.html>> Publicado em 12 fev. 2015, acesso em: 23 fev. 2015.

LEÃO, Hermes Silva. Greve Geral! Barrar o Desmonte da Escola Pública no Paraná. Disponível no endereço: <<http://appsindicato.org.br/Include/Paginas/artigo.aspx?id=10987>> Publicado em 05 fev. 2015, acesso em: 24 fev. 2015.

REDE MERCOSUL. Cientista político, Emerson Cervi, analisa o impacto da manifestação dos servidores estaduais. Disponível no endereço: <<http://redemercosul.com.br/central-de-videos/page/6/>> Publicado em 12 de fev. 2015, acesso em: 23 fev. 2015.

SILVA. Tomaz Tadeu. *A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas/ Pablo Gentili, Tomas Tadeu da Silva (organizadores)*. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Recebido em 28/02/2015 – Aprovado em 30/05/2015